

Coluna Painei - Sob ameaça de perda de contrato em SP, Enel apela a deputados e ministério

- *Concessionária enviou ofício aos 94 membros da Assembleia cobrando agilidade da Prefeitura em podas*
- *Gestão municipal diz que empresa emitiu documentos fora do padrão e com informações incorretas*

Juliana Arreguy

Diante da ameaça de perda de contrato em São Paulo, a Enel enviou uma mensagem aos 94 deputados estaduais para fornecer informações sobre a sua atuação na capital e mostrar um ofício enviado ao Ministério de Minas e Energia cobrando agilidade da Prefeitura paulistana em relação a podas de árvores.

A concessionária enviou, na quarta-feira (17), um e-mail aos 94 deputados com o título "Esclarecimentos da Enel sobre Eventos Climáticos em São Paulo", no qual se compromete a contratar 1.600 profissionais até 2027 e defende investimentos no aterramento de fios.

A mensagem foi enviada um dia após o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), anunciar que iniciaria o processo para romper o contrato com a empresa em São Paulo. O anúncio foi feito ao lado do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) após um apagão, no dia 10 de dezembro, ter deixado mais de 2 milhões de imóveis sem luz.

Ao ministério, a Enel afirmou ter emitido mais de 15 mil laudos de risco de queda de árvores em São Paulo e compartilhado os dados com a Prefeitura e a Secretaria de Subprefeituras. Do total, ainda segundo a empresa, apenas 74 árvores teriam sido cortadas.

À Enel cabe podar as árvores que passam pela fiação elétrica, por causa do risco de choque, enquanto o manejo das demais fica a cargo da Prefeitura. A empresa e a gestão Nunes travam uma batalha de narrativas em meio às crises de falta de energia, com uma responsabilizando a outra pelas ações que devem ser adotadas.

A Prefeitura acusa a companhia de ter executado apenas 11% das podas de árvores –o que é contestado pela empresa, que afirma ter realizado cerca de 230 mil dos 282 mil cortes prometidos.

"Cabe ressaltar que no último evento climático de dezembro/25, foram identificadas e periciadas 145 quedas de árvores na rede, recorde histórico, correspondendo a 21% do total das árvores caídas nos 15 meses do projeto. Das 145 árvores, 62 se encontravam do lado oposto à rua onde se encontra a rede elétrica", diz trecho do ofício enviado pela Enel.

Na mensagem enviada ao ministério –e também aos deputados–, a concessionária solicita agilidade da Prefeitura na análise dos laudos sobre as árvores.

A Secretaria Municipal das Subprefeituras alega que os documentos compartilhados pela Enel não seguem padrão técnico exigido pela legislação municipal e que há informações incorretas nos textos. Além disso, afirma que em reunião com a concessionária, foi acordado que havia necessidade de remover apenas 25 árvores.

"Em decorrência dos fortes ventos do dia 10/12, a Prefeitura de São Paulo registrou 438 quedas de árvores. Desse montante, apenas 3 estavam listadas pela Enel como risco de queda. Ou seja, caso a Secretaria das Subprefeituras tivesse removido as 15 mil árvores indicadas pela Enel, o número de queda teria sido de 435, ainda caracterizando um evento climático extremo", disse a pasta à reportagem.

A Alesp aprovou em 1996, durante a gestão Mário Covas (PSDB), um plano de desestatização de diversas empresas, incluindo a Eletropaulo, voltada para a energia elétrica. A privatização foi finalizada três anos depois e a Enel assumiu a concessão em 2018.

A Enel já foi alvo de uma CPI dentro da própria Alesp, que sofria com falta de energia em diversas ocasiões –uma das quedas de luz na casa legislativa ocorreu durante o depoimento do presidente da companhia à comissão, em 2023.

"A CPI identificou falhas estruturais na gestão da concessionária, como redução do quadro operacional, falta de manutenção preventiva, problemas logísticos, falhas na comunicação com os consumidores e ausência de um plano efetivo de ressarcimento. Esses problemas fazem com que eventos climáticos previsíveis se transformem em crises prolongadas", disse ao Painel o deputado Thiago Auricchio (PL), que propôs e presidiu a CPI da Enel.

"Os investimentos anunciados precisam ser analisados à luz dos resultados entregues à população, que segue enfrentando apagões, demora no restabelecimento do serviço e descumprimento de decisões judiciais. Cumprimento formal de indicadores não substitui a qualidade real do serviço", acrescentou o deputado.

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/12/sob-ameaca-de-perda-de-contrato-em-sp-enel-apela-a-deputados-e-ministerio.shtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Folha de S. Paulo

Seção: Colunas